

Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa¹

Mariele de Oliveira Silva

Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
e-mail: mosgeolice@gmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida

Professora Doutora em Geografia
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas
e-mail: rosemeire.almeida@ufms.br

Resumo

A área rural matogrossense e sul-mato-grossense mantém-se historicamente concentrada, são os conhecidos latifúndios da pecuária e, atualmente, das atividades monocultoras da soja, cana-de-açúcar e eucalipto. Esta situação criou, e cria, dificuldades de acesso à terra por parte dos camponeses. Portanto, objetivamos-se analisar as condições de reprodução camponesa nos projetos de assentamento Corixinha/MT e São Joaquim/MS - uma vez que estes se encontram mais diretamente influenciados pela expansão territorial do agronegócio. Logo, buscar-se-á desvendar se as formas encontradas pelos assentados para continuar na terra, apontam para a subordinação e/ou para a emancipação. A metodologia adotada baseia-se na revisão de obras que tratam em especial da Reforma Agrária; levantamento de dados junto aos órgãos públicos; e entrevista com as famílias dos projetos de assentamento, com o intuito de averiguar os desdobramentos tanto das políticas públicas como do cerco do monocultivo. Em suma, o pressuposto é considerar tanto as formas de subordinação quanto as de resistência como parte das estratégias de flexibilidade da classe camponesa para continuar se reproduzindo no campo.

Palavras-chave: Corixinha/MT e São Joaquim/MS; Reforma Agrária; agronegócio; integração ao capital; resistência camponesa.

Resumen

Reforma agraria en las ciudades de Cáceres/MT y Selvíria/MS: agronegocio, subordinación y emancipación camponesa

El área rural matogrossense y sul matogrossense son conocidas por sus gran haciendas de ganado concentrados históricamente, actualmente, las monoculturales son las actividades de la agricultura de soja, caña de azúcar y eucalipto. Tal situación ha creado y crea dificultades en el acceso a la tierra por los campesinos. Por lo tanto, el objetivo es analizar las condiciones de reproducción campesina en proyectos de asentamientos Corixinha/MT y São Joaquim/MS - puesto que éstos están más directamente influenciados por la expansión territorial del agronegocio. Pronto, habéis buscado a desvelar las formas que encontramos por los colonos para continuar en la tierra apuntan, para la subordinación y/o para la emancipación. La metodología se basa en la revisión de los trabajos de tratamiento especial

¹ Esta reflexão é parte da pesquisa de Mestrado "A (re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul". Está inserida no projeto da Rede Pro Centro Oeste, intitulado: "Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária", integrado a Rede de Estudos sociais, ambientais e de tecnologias para o sistema produtivo na região sudoeste de Mato Grosso (ASA). Com o apoio do MCT/CNPq e do FNDCT.

de la reforma de la tierra; datos de la encuesta con organismos gubernamentales; y entrevista con las familias de los proyectos del establecimiento, con el fin de preceptuar políticas públicas y de los dos acontecimientos como recinto del agronegocio. En Resumen, el supuesto es considerar las formas de subordinación y las de reluctancia como parte de las estrategias de flexibilidad de la clase campesina para seguir reproduciendo en el campo.

Palabras clave: Corixinha/MT y São Joaquim/MS; reforma agraria; agronegocio; integración al capital; resistencia campesina.

Abstract

Agrarian reform in the cities of Cáceres/MT and Selvíria/MS: agribusiness, subordination and peasant emancipation

The rural area Matogrossense e sul-mato-grossense remains historically concentrated, are the well-known estates of livestock and, currently, monocultural forms of agriculture activities of soybeans, sugar cane and eucalyptus. This situation has created, and creates, difficulties in access to land by the peasants. This situation has created, and creates, difficulties in access to land by the peasants. In this way, the goal is to analyze the conditions of peasant reproduction in the settlements in the municipalities of Cáceres/MT and Selvíria/MS, with a particular look for the projects Corixinha/MT and São Joaquim/MS-since these are more directly influenced by the territorial expansion of agribusiness. Soon, fetch will unravel if the shapes found by the settlers to stay on Earth point to the subordination and emancipation. The methodology is based on review of works treating especially of Agrarian Reform; survey data with government agencies; and interview with the families of settlement projects, in order to determine public policies both developments as Mono enclosure of agribusiness. In short, the assumption is to consider both the tying and the forms of resistance as part of the strategies of flexibility of the peasant class to continue reproducing in the field.

Keywords: Corixinha/MT and São Joaquim/MS; land reform; agribusiness; integration to the capital; peasant resistance.

Introdução

O acesso à terra, para os camponeses matogrossenses e sul-mato-grossenses, por meio do programa de Reforma Agrária é cada vez mais árduo, isto porque, a área rural nestes estados continua concentrada pelo binômio boi-soja e, atualmente, pela cana-de-açúcar e eucalipto. Conseqüentemente, nesta esteira de “progresso” da agricultura capitalista, propalada pela ideologia do desenvolvimento, os pobres ficam mais distantes da superação das desigualdades via divisão das terras, principalmente para aqueles que dependem disso para garantir a sobrevivência de sua família.

A situação evidencia o insucesso da política agrária, (leia-se o Plano Nacional de Reforma Agrária), na realização da desconcentração fundiária no país, como no combate da grilagem, pois cerca de 170 milhões de hectares do solo nacional, encontram-se indevidamente apropriados (OLIVEIRA, 2003). Conforme o autor, estes grilos estão concentradas em todas as regiões, por exemplo, temos 9 milhões no Mato Grosso e 5,3 milhões de hectares em Mato Grosso do Sul.

Entendendo a Reforma Agrária como caminho para a democratização da terra e distribuição de renda no país, analisaremos a seguir a territorialização tanto da luta pela terra como do capital nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS.

Para a realização da pesquisa escolhemos as famílias de dois projetos de assentamentos: Corixinha e São Joaquim, por já fazerem parte de nossas pesquisas, resultado da participação no Grupo de Estudos Terra-Território/GETT, e da Bolsa de

Iniciação Científica no ano de 2011 pelo projeto da Rede Pro-Centro-Oeste: “Questão Agrária e Transformações Socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”, com apoio do MCT/CNPq/FNDCT e CAPES.

A pesquisa teve como alicerce a revisão bibliográfica de obras que tratam da questão agrária, em especial da Reforma Agrária, bem como o levantamento de dados junto aos órgãos públicos (Prefeitura municipal, IBGE, Universidades, INCRA, IPEA, CPT, FASE entre outros), entrevistas com os assentados do projeto de assentamento, com o intuito de apreendermos os possíveis obstáculos, ocasionados pelo cercamento da plantação de Teca e eucalipto, decorrente das atividades de arrendamento e venda de grandes propriedades próximas ao chão de conquista.

Diante da expansão do capital, seja pela monopolização do território ou pela territorialização, ambos os projetos de Assentamento encontram-se cercados pelas atividades monocultoras de empresas agroindustriais. O assentamento Corixinha, com o monocultivo da Teca e, o São Joaquim, pelo complexo do Eucalipto/Celulose/Papel, ambos defendidos pelas elites locais como promotor do desenvolvimento e de progresso. Discurso e prática reveladores das dificuldades que Reforma Agrária brasileira têm enfrentado na atualidade, talvez, sua maior crise, tanto no tocante as famílias que lutam para entrar na terra, como essas de nossa pesquisa, que lutam para permanecer na terra, em meio ao avanço territorial do agronegócio.

Em suma, desejamos entender quais os processos que estes sujeitos criam para se manterem na terra e, se estes caminhos apontam para a subalternidade (integração camponesa ao capital) ou para a emancipação (resistência camponesa ao capital).

Uma Geografia da Terra Cativa...

A concentração fundiária é muito presente nos estados brasileiros, e agravou-se com a aliança terra-capital realizada entre fazendeiros e empresários capitalistas. Os primeiros pareciam uma barreira para a expansão das atividades monocultoras, ou seja, um empecilho para a modernização da agricultura, pois tinham sobre o seu poder inúmeros latifúndios, concentrados para a especulação imobiliária.

Porém, as atividades monocultoras, foram facilmente acolhidas pela elite agrária dominante. Com a visível oportunidade de acumular capital por meio do arrendamento e, até mesmo, a venda de suas propriedades, os pecuaristas latifundiários mato-grossenses e sul-mato-grossenses acabaram formando uma aliança com os empresários capitalistas, abrindo as portas para o desenvolvimento dessas atividades no campo.

Para Haesbaert (2011), a apropriação privada e a concentração fundiária da terra revelam as formas ou maneiras como o modo de produção capitalista domina o território, impedindo as classes subalternas de terem o acesso a terra. Por outro lado, "desterritorializam" os modos de produção preexistentes para reterritorializar conforme sua própria dinâmica. O autor revela ainda que:

[...] A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador "livre" em meio a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, e, no outro extremo da pirâmide social a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, sob o famoso dito de que "tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado", seriam as referências mais marcantes do movimento de desreterritorialização capitalista. (HAESBAERT, 2011, p. 174-175).

Destarte, presenciamos nos Estados estudados, a concentração de terra, controlada pelos latifundiários da pecuária, e pelos empresários capitalistas, formando uma aliança Terra-capital, onde mudam as formas de uso da terra, sem mudar a concentração fundiária existente. Como visto, nessa nova reestruturação no campo, a produção é mais

homogênea, focada nas atividades monocultoras, em especial da soja, cana de açúcar, mais recentemente monocultivo do eucalipto.

Acreditamos que apropriação privada da terra por meio dessa aliança, seria estratégia encontrada pelos latifundiários, por meio da venda, do arrendamento ou da parceria para os plantios de soja, cana e eucalipto, para regularizar suas propriedades - uma vez que elas se desenvolvem sobre os latifúndios formados pelos pecuaristas, que ao serem declarada improdutiva, deveriam ser direcionadas para a Reforma Agrária, porém com essa ação, acabam escondidas.

Nesse cenário de acirramento da concentração da terra pela expansão das monoculturas, tem-se, portanto, o empobrecimento dos camponeses e, conseqüentemente, a crise das lutas sociais: essas áreas, que deveriam ser destinadas a plantações de consumo popular, são ocupadas por agroindústrias, voltadas para atividades monocultoras, bloqueando a função social da terra que é produzir alimentos.

Outro pressuposto é que o desenvolvimento dessas atividades pode ser um dos agentes causadores de impactos ambientais, tais como redução do nível de água e desaparecimento dos córregos, localizados próximas às áreas prioritárias para o plantio. Assim, a expansão das monoculturas traz uma preocupação latente em relação aos desdobramentos ambientais em médio prazo, já estudados em outras regiões, como os estudos de Suertegaray (2011) no Rio Grande do Sul, como arenização, intoxicação por agrotóxicos, extinção de espécies da fauna local, desaparecimento de nascentes.

Ao analisar a expansão do modo de produção capitalista no campo, Oliveira (2003) identifica duas características das atividades monocultoras das empresas agroindustriais: a monopolização da terra pelo capital e a territorialização do capital monopolista. Na monopolização, o capital apropria da renda da terra camponesa, criando e recriando relações de produção não capitalistas, sem expulsá-los do campo, mantendo-os como “parceiros”. Neste caso, podemos citar a integração do camponês com as indústrias de processamento de carnes, leite, casulos do bicho da seda. Na territorialização, o camponês é expulso do campo, migra para as cidades, tornando-se trabalhador assalariado da indústria, do comércio – ou seja, ele acaba expropriado de sua terra, como por exemplo: a venda ou arrendamento da terra para o plantio de cana de açúcar, soja, eucalipto.

Sendo assim, é o processo de luta pela posse de terra dos movimentos sociais do campo para implantação da Reforma Agrária que torna possível a desconcentração fundiária e o cumprimento da função social da terra exigida pela Constituição Federal de 1988. Nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul esta luta nacional pela reconquista da terra apresenta vitórias significantes: em Mato Grosso são 535 projetos de assentamentos, beneficiando 83.043 famílias e no Mato Grosso do Sul 203 projetos de assentamentos, favorecendo 37.094 famílias (INCRA²) – resultado dos enfrentamentos sociais travados pelos Movimentos Sociais de luta pela terra.

Destes projetos dois nos interessam em particular, sendo objetos de nosso estudo: Corixinha e São Joaquim localizado, respectivamente, nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS.

A escolha desses projetos de assentamento foi determinada pelas similaridades e diferenças que apresentam nas formas de criação e (re) criação camponesa. Chamando especial atenção o fato de que mesmo localizados em Estados distantes, apresentam formas de luta para ficar na terra que indicam uma essência camponesa similar, mesmo com as novas dificuldades quando chegam à terra, particularmente pela omissão do Estado e assédio das empresas do monocultivo que cercam esses assentamentos.

É fato que o avanço de atividades monocultoras muda o caráter do uso e ocupação da terra, e torna cada vez mais urgente e difícil a luta pela Reforma Agrária por parte dos Movimentos Sociais do Campo, pois, contraditoriamente, o Estado silencia sobre o problema da concentração fundiária, aprofundada pela monocultura, em um claro apoio a estas novas dinâmicas no campo, prejudicando de forma significativa a classe camponesa, porém, por

² Segundo dados coletados no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

outro lado, instigando os movimentos de luta pela terra, contra os arranjos da monopolização e territorialização do capital monopolista do território:

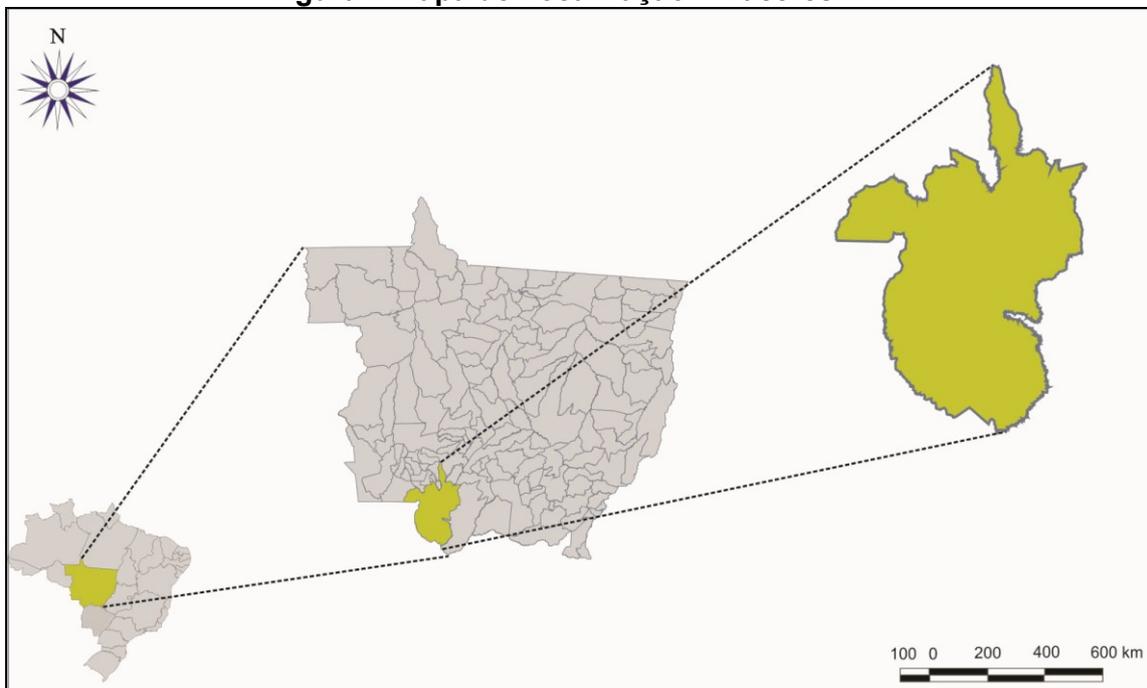
[...] A luta contra a cerca do capital tem-se evidenciado aos sem-terra como uma necessidade, seja pela consciência que adquirem dos processos de exploração a que estão submetidos ao enfrentar os mercados de insumos e produtos, seja em função da concreta pobreza crônica em que se encontram, apesar das melhorias que têm obtido nos demais planos sociais das suas vidas, como educação, saúde, cultura e organização. (SANTOS, 2005, p. 249).

Deste modo, percebemos na atualidade, a imposição da propriedade privada sobre áreas que poderiam servir para os projetos de Reforma Agrária, e alguns contornos da luta para resistir à expropriação. Logo, com as novas configurações das atividades agroindustriais no campo, as táticas de resistência camponesa são cada vez mais relacionadas a formas de integração/resistência.

Os assentamentos Corixinha/MT e São Joaquim/MS: histórias de integração e resistência ao capital

No município de Cáceres (figura I), temos o projeto de assentamento Corixinha, criado no ano de 2001, beneficiando 72 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma área de 3.413,1808 hectares. Está situado a aproximadamente 80 km da sede Municipal de Cáceres/MT, e a cerca de 20 quilômetros de San Matia/Bolívia. É um assentamento localizado na faixa de fronteira, entre o Estado de Mato Grosso e Bolívia.

Figura I: Mapa de Localização – Cáceres/MT.

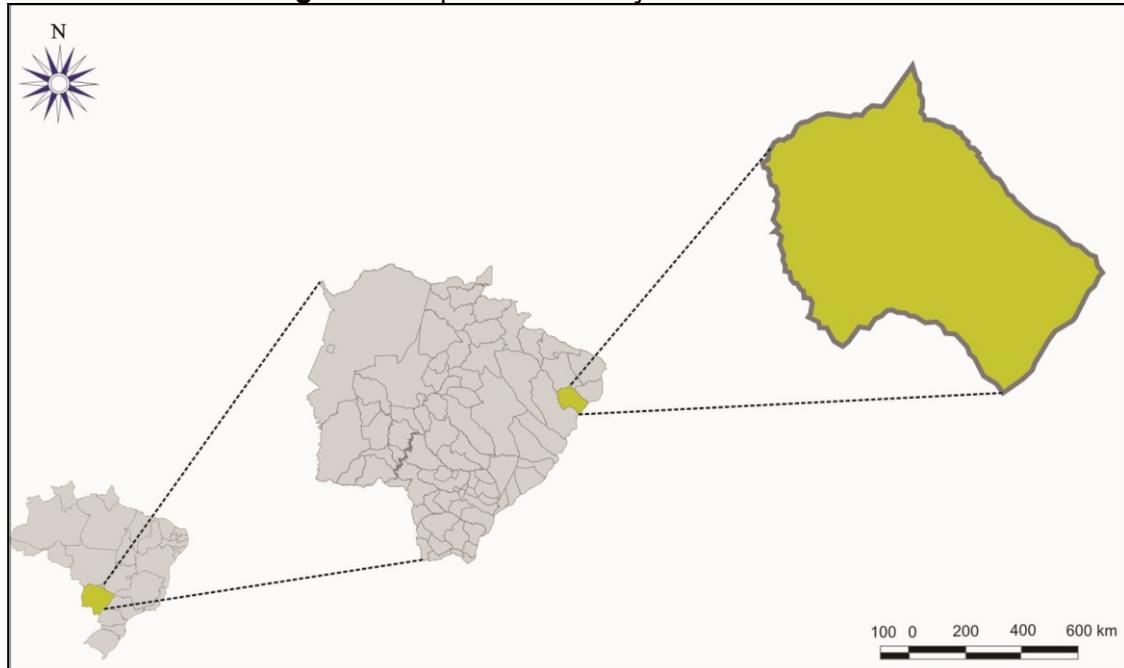


Org: DIAS, F. C, 2012.

A conquista foi resultado da luta de persistência, da histórica teimosia do campesinato brasileiro, uma vez que as famílias ficaram acampadas na beira da estrada durante dois anos, sem que acontecesse a desapropriação da Fazenda Corixa para implantação do projeto de assentamento.

O projeto São Joaquim, implantado no ano de 2008, contemplou 181 famílias, localiza-se a cerca de 40 km da sede do município de Selvíria, às margens da rodovia MS-112, ligação de Três Lagoas a Inocência, e às margens da rodovia MS-444, (trecho Selvíria – Inocência).

Figura II: Mapa de Localização – Selvíria/MS.



Org: DIAS, F. C, 2012.

Atualmente assistimos a expansão territorial do monocultivo de eucalipto, próximo à conquista do chão da reforma agrária, liderado, desde 2010, pelos plantios da empresa Eldorado Brasil, e da Fibria, desde 2006, ambas localizadas no município de Três Lagoas e com áreas de plantio próximo aos assentamentos.

A instalação da fábrica da Eldorado próxima a Selvíria acabou determinando esta região como prioritária para expansão do monocultivo de eucalipto, cercando além do São Joaquim, outros projetos de assentamentos, como é o caso do Alecrim, Canoas I e II. O monopólio do território colaborou elegendo a região Leste do Mato Grosso do Sul (onde essas indústrias estão localizadas) como “a capital da celulose”.

Outro ponto de destaque é que a maioria das famílias assentadas, conforme observado em saídas de campo, ainda vive em condições muito precárias de moradia e sem assistência técnica eficaz. Esta dura realidade ainda é agravada pela baixa fertilidade do solo, épocas prolongadas de seca, pela quase ausência de apoio técnico e dificuldades na comercialização da produção.

Tais situações, ao nosso ver, criaram condições para a arregimentação da mão de obra dos assentados por parte das empresas, provocando desvirtuamento dos objetivos da Reforma Agrária. Assim, a luta histórica pela conquista da terra como lugar da autonomia camponesa é, de certa forma, postergada porque as famílias para não abandonarem os lotes se veem na condição de trabalhadores fora do lote para garantirem minimamente.

No projeto de assentamento São Joaquim, durante o trabalho de campo, verificamos que aproximadamente 40 assentados, entre eles adultos e adolescentes, homens e mulheres, trabalhando com carteira de trabalho assinada nas empresas de eucalipto (Eldorado, JS, Plantar, Fibria), exercendo atividades diversas, desde as ligadas ao plantio de mudas e aplicação de veneno, até como encarregados, motoristas e vigias.

Salientamos que a proposta de análise não é julgar, muito menos denunciar os vínculos empregatícios dos camponeses com as indústrias, mas entender o significado para a reprodução camponesa do trabalho fora do lote. A estratégia do capital para arregimentar

a mão de obra assentada, pode ser compreendida também como forma de recriação dos camponeses, frente a expansão do eucalipto na região. Esta realidade contraditória do campesinato aponta para um possível conformismo ou para a emancipação? Por entender a necessidade de resgatar a importância da Reforma Agrária:

[...] de modo que ela seja sinônima de terra de trabalho e da vida a denunciar a terra de negócio, aquela que precisa concentrar para especular e explorar o trabalho de outrem [...] de modo que a sociedade entenda que não existe apenas um estilo de vida, onde as pessoas compram comida e os bens que necessitam guiadas pela ditadura do mercado, é preciso [...] a terra de trabalho, e a economia familiar que a sustenta [...] (ALMEIDA, 2009, p. 13).

Acreditamos que, historicamente, junto com o desenvolvimento do capitalismo, há novos processos de transformação na base de luta dos movimentos sociais camponeses. A dinâmica dos enfrentamentos não está pautada somente na terra que se manteve cativa, e, por isso, disputada pela classe dos capitalistas e dos camponeses, mas também na preservação da terra conquistada. A esse respeito, merece relevo a seguinte reflexão:

Mas o movimento de recamponização não para, teimosos que são, os sem-terra marcham para a terra, pois sabem que só terão aquilo que conquistarem [...] E o campo, por meio da aliança terra-capital [...] vai tomando feições modernas [...] Porém, a terra cercada pela soldagem campo-cidade também revela no seu decurso outros processos em sua interioridade, são ações conflituosas externalizadas na luta dos acampados, na crise ambiental ou nos índices de desemprego [...] (ALMEIDA, 2009, p. 11).

Nesse contexto, ao avaliarmos a resistência da classe camponesa após a conquista da terra, identificamos as maneiras inovadoras, criadas pelos assentados, para permanecerem na terra. Onde, o (re) criar camponês, não está guiado apenas pelo acesso à terra, mas também pela busca incessante do reconhecimento da sociedade e da valorização do conjunto dos saberes constituidores de sua base histórica de resistência.

Recriação carregada de versatilidade, criatividade do povo camponês, há séculos desafiando as teses de seu desaparecimento, contrapondo-se ao desemprego, e a perda de autonomia, que a terra devolve ao homem. Assim:

Inversamente, o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação; manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarianização ou de empobrecimento. A tradição, então não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente constrói as possibilidades do futuro. (WOORTMANN, 1990, p. 17).

Alguns autores explicam o trabalho acessório (atividade assalariada fora da propriedade da familiar), como forma de resistência camponesa nos momentos de crise econômica do grupo familiar (épocas de seca ou de baixa produção), necessitando buscar equilíbrio fora do lote.

Almeida; Paulino (2010, p. 21):

[...] é precisamente o fato de não visar o lucro de sua atividade econômica, mas a reprodução do grupo familiar, mesmo quando é dono da propriedade jurídica da terra, que permite respostas adaptativas às crises, recorrendo até mesmo ao trabalho acessório não agrícola e à migração [...]

Outra circunstância que impele os assentados a buscar alternativas de renda fora do lote, é a falta de acesso às condições básicas de sobrevivência, como a água e energia, e a liberação dos créditos de investimento, custeio e construção da casa, entre outros. Tal

precariedade é condição da maioria dos projetos de assentamento do município de Selvíria, situação que torna a permanência no campo penosa, restando o trabalho fora do lote como possibilidade de resistência. Neste sentido, vejamos a análise de um assentado acerca deste estado de vínculo empregatício com as empresas terceirizadas que plantam eucalipto para empresa Eldorado Brasil.

[...] ah, eu acho que tá muito atrasado, acho que o governo, o INCRA, deveria olhar mais pro pessoal aqui, **só enterrou o pessoal aqui e até agora, condições nada**. Por exemplo, a gente já está com três anos sem as casas, ainda bem que tem a água né, mas sem a luz, eu acho que, sem a água e sem a luz, é quase impossível de viver porque se a gente tiver um projeto na cabeça, mas se não tem a água e não tem a luz, não teria como sobreviver no lugar desse. A gente tá aqui, porque a gente é herói sabe, a gente quer a terra, **se não fosse as firmas eu não sei** porque a cesta [básica] que vinha até um determinado tempo, cortou. O Incra mandava a cesta todo mês e aí foi cortado a cesta, e aí eles fala que depois de 12 meses que tem o sorteio da terra, não vem mais cestas, até então cada um luta do jeito que pode, um tira um leitinho, faz um queijo, vende; outro, vende um frango; outro o mel, que é o meu caso, né? E aí é assim [...]. Então eu acho que o governo federal deveria olhar mais por esse povo que tá [no assentamento], eu acho que deveria não dar mais terra pro povo, agora nesse momento, eu acho que deveria alicerçar o povo (...) que já tá na terra [...] (Assentado do Projeto São Joaquim, 03/09/12 - Selvíria/MS. Grifo nosso).

Dois elementos de análise são essenciais para a compreensão desta realidade camponesa, até certo ponto contraditória. O primeiro, o camponês não rompe com as atividades de produção no sítio, são realizadas por outros membros da família, ou por ele mesmo nos intervalos de folga do trabalho, em especial nos finais de semana. Essa relação é típica em ambos os assentamentos estudados. Muitos, daqueles que, durante a semana, estavam na lida nos plantios de eucalipto, nos finais de semana dedicavam-se a atividades de produção no lote, entre as quais o trabalho com a horta, o mutirão para conserto de cercas ou ampliação das casas.

Pois, como enfatiza Shanin (2008):

A economia Familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não – camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p.27).

O outro elemento de transitoriedade dessa situação é que, ao conseguir equilibrar a situação financeira da família ou ao chegar a época das chuvas, o camponês assentado rompe o seu vínculo empregatício e volta a dedicar-se, em tempo integral, às atividades no sítio. Essa situação é muito frequente nos projetos de assentamento estudados: algumas famílias já saíram do emprego e estão apenas cuidando do lote.

Desse modo, percebemos a diferença do sentido da terra para os camponeses e para os capitalistas. A terra, para os grandes empresários agroindustriais, é meio de acumulação de renda e extração de mais valia pela exploração do trabalho, advinda de relações especificamente capitalistas, na busca de valorização do capital. No entanto, para o camponês, conforme analisa Correa (1993), o sentido da terra é a de fonte de vida ou de existência, lugar da moradia e do trabalho familiar.

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobre vivência á adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas ás operações de renovação [...] (CORREA. 1993, p. 30).

Observamos essa forma de resistência no município de Selvíria subordinada aos ditames do capital, mas, diante do atual cenário, foi o caminho de luta camponesa para continuar na terra, considerada a recusa do poder público a remover os bloqueios vivenciados pelos assentados no que diz respeito a sua reprodução. Conforme ponderam Almeida; Paulino (2010, p. 27):

Cumpre, então, reafirmar nosso entendimento desta situação de ambiguidade que marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa ultima possibilidade contém em germe de luta anticapitalista; porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, neste conflito, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim, sua consciência de classe desnudada. (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 27).

No município de Cáceres, encontramos algumas singularidades em relação ao cercamento das atividades monocultoras á projetos de assentamento. Como exemplo, temos o caso do assentamento Corixinha, que foram cercados pela monocultura da Teca, porém, atualmente, conseguiram mudar um pouco está história de subordinação, pois, os camponeses conseguiram romper com o trabalho acessório externo a vida no lote, e voltaram suas forças para as possibilidades de reprodução a partir dos frutos do cerrado matogrossense e a apropriação de políticas públicas como o PAA e o PNAE.

Estes programas têm o objetivo de mitigar os bloqueios colocados pela lógica do sistema capitalista de mercado à classe camponesa familiar. Reelaborados pelo governo atual, eles tendem a facilitar a comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa por meio de estratégias que a ligam diretamente ao consumidor. Também contribuem para valorizar a produção camponesa, voltado essencialmente para os produtos de consumo interno da população brasileira.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³ foi instituído pela Lei de nº 10.696/2003, e desenvolve-se com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome (MDS) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Suas diretrizes são definidas por um Grupo Gestor, coordenadas pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios, tendo como parceiros a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os governos estaduais e municipais. Sobre o programa:

O PAA é voltado para famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de acordo com o que define a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que inclui os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. (CARTILHA PAA, 2009, p. 3).

Conforme dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, este Programa é uma das ações do Programa Fome Zero, que possibilita a distribuição de alimentos produzidos pela agricultura familiar às famílias que vivem em

³ De acordo com o site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome – MDS

situação de insegurança alimentar na cidade e que são atendidas nas creches, escolas, lares de idosos, casas de sopa, e outros.

Outra política pública apropriada pelos assentados foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴. De competência do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), e instituído pela lei de nº 11.947, de 2009, dispõe no art.14 sobre a compra de produtos da Agricultura Familiar:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no **mínimo 30%** deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios **diretamente da agricultura familiar** e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os **assentamentos da reforma agrária**, as **comunidades tradicionais indígenas** e **comunidades quilombolas** (BRASILIA, 2009. Grifos do autor).

O motivo que incentivou os assentados a eliminarem o vínculo com as empresas da Teca, e, iniciarem o extrativismo de frutos do cerrado, está relacionado ao apoio da Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), entidade civil sem fins lucrativos, formada em 2009, pelos assentados de vários PAs do município. Seu objetivo principal é estimular os seus associados a produção diversificada para o autoconsumo e para a comercialização dos excedentes, em feiras livres dos municípios da Região. A partir de 2011, a ARPEP entrega parte significativa de sua produção ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Esta associação possui 108 associados/as, distribuídos em 08 assentamentos e comunidades rurais, a saber: Assentamento Margarida Alves, Corixinha, Facão- São José, Sadia, Bom Jardim, Katira, e comunidade Nossa Senhora da Guia e Guanandi. A ARPEP possui 04 unidades de beneficiamento de frutos do cerrado, uma especializada em cumbaru, outras duas em babaçu e uma em pequi. A produção atendeu, em média, até o ano de 2011, 2.525 alunos⁵.

No projeto de assentamento Corixinha, temos o grupo que trabalha com o fruto do Pequi, o único na região, intitulado: Grupo de Mulheres “Amigas da Fronteira”, formada por oito mulheres, atuando na coleta e no processamento de frutos do Cerrado (o pequi). O grupo é responsável por produzir alimentos enriquecidos pelo pequi, no caso o pão e a bolacha. E a venda é direcionada para a merenda escolar, inserida dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Conforme dados coletados com as mulheres produtoras, o PAA tem assegurado a permanência das famílias no assentamento, pois, as elas garantem uma renda fixa no final do mês para as famílias, ajudando na manutenção do grupo familiar, aumentando o poder de compra dos assentados e valorizando o papel deles como produtor de alimentos necessários a reprodução humana, principalmente por causa das alternativas de comercialização da produção gerada pelos novos canais públicos. Vejamos esta afirmação no relato de uma das mulheres pertencentes ao grupo:

É uma quantia a mais, né? Essa é a vantagem porque se a gente faz só pra feiras, ai se tem duas feiras no ano é muito, e para o PAA não, toda semana é aquela quantia, então é uma quantia a mais, o seu rendimento é mais né, o valor que a gente recebe é outro, a feira é mesmo para a divulgação do produto. (Assentada do Grupo de Mulheres “Amigas da Fronteira”, 2012 – Cáceres/MT).⁶

Deste modo, consideramos que as formas de resistência camponesa via apropriação das políticas públicas, como PAA e o PNAE, são essenciais para eliminar os

⁴ De acordo com o site do Portal de Transparência do Governo brasileiro.

⁵ Fonte: Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), Planejamento de produção 2011.

⁶ Entrevista coletada por meio de saída de campo realizada no dia 01/05/2012 no projeto de assentamento Corixinha, localizado no Município de Cáceres/MT.

entraves criados pelo sistema de produção capitalista, que via monopolização do território impõem suas regras perversas de controle do mercado, impondo pobreza ao camponês. Assim, ao garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio da compra direta para a merenda escolar, por exemplo, o Estado impede a subordinação camponesa ao capital - ponto positivo do programa apontado pelos assentados/as.

[...] vou ficar aqui, eu vou guerrear, e guerrear hein. Tinha dia que eu tinha medo de amanhecer morta lá dentro da casa, mas guerreie fia, mas venci tudinho que eu pedi a Deus. Eu venci, venci tudinho, e eu orgulho de mim, porque eu era sonsa, e hoje eu sou esperta, hoje ninguém manda neu [...] por causa que aqui eu trabalho feliz, eu tenho meu empreguinho ali, que eu trabalho a hora que eu quero. Eu não trabalho a semana inteira, trabalho só dois dias da semana, eu que tiro dois meses encerrando os projetos, que a gente tem muita despesa, né? E onde que a gente tira mais, que tirava 600 real. Eu não estou trabalhando mais porque eu quero, porque eu quero descansar, ficar um pouco com os filhos. [...] eu planto meus trem ai em casa, eu mexo na minha hortinha, eu mexo feliz [...] (Assentada do Grupo de Mulheres “Margaridas”, 2013 – Cáceres/MT).

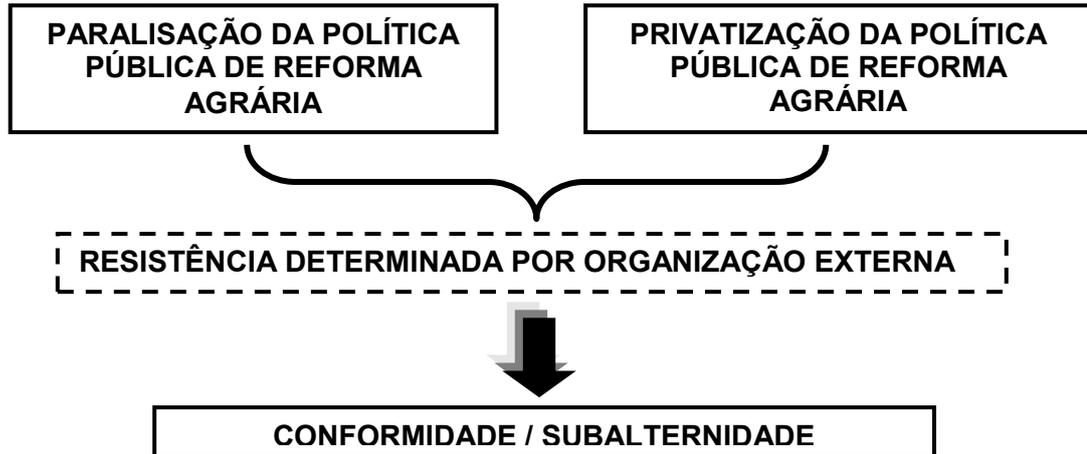
Kudlavicz (2010) enfatiza que esses assentados, ao reconquistarem uma parcela de terra do território capitalista, reconstróem sua identidade camponesa. Ao conquistarem o assentamento, esta parcela do território capitalista, ao ser transformada em projeto de reforma agrária, convertem-se em terra de trabalho, morada da vida, garantidora da alimentação familiar e da sociedade:

São camponeses que quando tem a posse da terra (re) constroem sua identidade, seu modo de vida, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema vigente e acirrando as contradições na medida em que se negam a ser meros produtores de mercadorias. Desejam ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro. Cultivam a terra a partir dos seus conhecimentos e tecnologias apropriadas às suas condições financeiras, e adequadas às características da região, produzindo um alimento saudável para a sua família, para a comunidade e para o país. (KUDLAVICZ, 2010, p. 104).

Considerações Finais

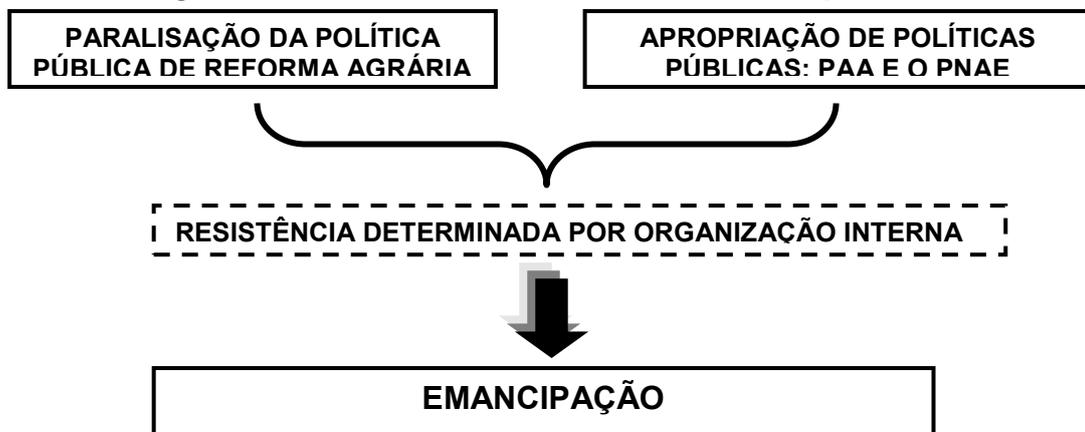
As atividades monocultoras que se desenvolvem nas extensas áreas dos latifúndios matogrossenses e sulmatogrossenses servem para esconder o problema da concentração de terras cuja origem, remonta ao período colonial. Mas a história não se resume ao domínio exclusivo do território pelo capital, temos em curso uma luta secular dos pobres para entrar na terra. E atualmente esta luta tem sido também para nela permanecer, uma vez que a terra dividida, não devolve a dignidade em sua plenitude.

Das alternativas para ficar na terra, num cenário de deficiência do Estado, no tocante a aplicação da política agrária, tem sido o trabalho acessório nas empresas do agronegócio monocultor, como é o caso dos assentados do projeto São Joaquim.

Figura III: Resistência Determinada Pela Conformidade

Organização: AUTORAS, 2014

Em contrapartida, a pesquisa encontrou situações, especialmente nos assentamentos de Cáceres/MT, de reprodução formada via luta e apropriação de políticas públicas, como o PAA e o PNAE. Programas, que ao serem reelaborados pelo Governo, e reivindicados pelos movimentos sociais, ajudam (e ajudam) os assentados a superarem os empecilhos colocados pela lógica do sistema capitalista de domínio do mercado, facilitando a comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa diretamente ao consumidor, ou seja, não só de conformidade se faz essa resistência, mas também da utopia da emancipação.

Figura IV: Resistência Determinada Pela Emancipação

Organização: AUTORAS, 2014

Em suma, a pesquisa propiciou-nos a certeza de que temos um campesinato brasileiro (re) criando suas formas de resistência no contexto de ambiguidade própria destas condições de reprodução em situação de bloqueio. Portanto, a luta do campesinato para permanecer no campo brasileiro é feita de muitas faces manifestando-se tanto como sujeito político, na reivindicação e apropriação das políticas públicas, como na resignação diante da aliança estado-capital. As situações sociais apontam para a capacidade de resiliência dos camponeses.

E, fundamentalmente, entendemos que o processo de Reforma Agrária é um mecanismo de democratização da terra e de distribuição da renda no país. E as mudanças provocadas pela nova “modernização do campo”, via expansão de monoculturas nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS, é fruto de um modelo agrário-agrícola que não tem como foco o homem/mulher. Situação que põem em risco a soberania alimentar no país.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

_____. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideú: Egal, 2009. (Mimeografado).

_____. **A territorialização do agronegócio do eucalipto na Região Leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à Reforma Agrária**, Texto apresentado no XVI Encontro Nacional de Geografia/ENG, Porto Alegre – 25 a 31/07/2010.

ARPEP (Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal) Disponível em: <www.agro.ufg.br/agrocentro/noticias/associacao-de-mulheres-mato-grossenses-vai-participar-da-agro-centro-oeste.html>. Acesso em: 10 de Junho de 2013.

BRASIL. **LEI Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993, p. 30.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: Agosto de 2012.

IPEF (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais) Disponível em: <www.ipef.br/identificacao/tectona.grandis.asp>. Acesso em: 25 de Abril de 2012.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2010.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em: 25 de Abril de 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Terra Livre, São Paulo, nº 21, 113-156, jul./dez. 2003.

Portal Transparência. Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf>. Acesso em: 25 de Abril de 2012.

Eldorado lança fábrica de celulose em Três Lagoas - MS. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/>>. Acesso em: 25 de Abril de 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 235-28?,

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; MORELLI, Luiz Alberto. **Arenização e monocultura do Eucalipto no Sudoeste (SW) Do Rio Grande Do Sul.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três, Lagoas/MS, nº 14, Ano 8, Novembro 2011.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território:** a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia:** O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro nº. 87, p. 11-73, 1990.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2013

Devolvido para revisão em 22 de janeiro de 2014

Aceito para publicação em 29 de setembro de 2014